


## CONVÊNIO Nº. 776578/2012

Termo de Convênio que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Saúde e o(a) ASSOCIACAO BENEFICENTE DE CAMPO GRANDE/MS, visando fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS).

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, sob o CNPJ/MF nº 00.530.493/0001-71, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE**, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, em Brasília/DF, neste ato representado pelo seu **MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE**, **ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA**, nomeado(a) pelo Decreto de 01.01.2011, publicado no Diário Oficial da União de 01.01.2011, portador do RG nº. 17346675, expedido pela SSP SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº. 131.926.798-08, e o(a) **ASSOCIACAO BENEFICENTE DE CAMPO GRANDE/MS**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº. 03.276.524/0001-06, doravante denominado(a) simplesmente **CONVENENTE**, situado no(a) **RUA EDUARDO SANTOS PEREIRA No 88 - CENTRO CENTRO**, neste ato representado por seu(ua) **DIRETOR PRESIDENTE**, **ISSAM MOUSSA**, portador(a) do RG nº. 001.749.999, expedido pelo(a) SSP/MS, inscrito no CPF/MF sob o nº. 157.543.241-20, resolvem celebrar o presente Convênio, para fortalecer o Sistema Único de Saúde - SUS, por meio da descentralização de Programa de Trabalho, mediante a conjugação de recursos em ação conjunta e integrada, observando as Leis nº 8.080/1990 e suas alterações, 8.142/1990; o Decreto 3.964/2001, sujeitando-se, no que couber, aos termos das disposições da Lei Complementar nº. 101/2002; das Leis nº. 12.465/2011; 12.595/2012; 11.107/2005; 10.522/2002; 8.666/1993 e suas alterações, dos Decretos nº. 6.017/2007; 20/1991; 93.872/1986. 5.504/2005; e 6.170/2007 e suas alterações; da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº. 507/2011 e suas alterações, demais normas regulamentares da matéria, consoante o disposto no Processo nº. 25000.158165/2012-42, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto dar apoio técnico e financeiro para "**Aquisicao de Equipamentos e Material Permanente para a porta de entrada do Serviço de Urgencia e Emergencia da Associacao Beneficente de Campo Grande - Santa Casa.**", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme especificações técnicas e objetivos constantes do Plano de Trabalho que passa a integrar o presente Termo.



## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

### I - O CONCEDENTE compromete-se a:

- 1.1. Transferir os recursos financeiros para execução deste Convênio, em conformidade com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho aprovado, observada a disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes;
- 1.2. Acompanhar, supervisionar, coordenar e prestar assistência técnica na execução deste Convênio, diretamente ou por intermédio de órgãos e entidades habilitados;
- 1.3. Examinar propostas de alterações no Plano de Trabalho, desde que não impliquem mudanças que alterem substancialmente o objeto e os objetivos da pactuação;
- 1.4. Notificar, no prazo de 10 (dez) dias, a celebração do instrumento à Assembléia Legislativa ou à Câmara Legislativa ou à Câmara Municipal do conveniente ou contratado, conforme o caso, facultada a comunicação por meio eletrônico, na forma do disposto no art. 48 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;
- 1.5. Analisar e emitir pareceres acerca da Prestação de Contas relativa ao objeto e aos objetivos do presente Convênio;
- 1.6. Comunicar ao **CONVENENTE** e ao Chefe do Poder Executivo a quem se vincula o ente beneficiário deste Convênio, qualquer situação de irregularidade relativa ao uso dos recursos envolvidos que motive suspensão ou impedimento de liberação de novas parcelas, caso não haja regularização no período de até 30 (trinta) dias, contados a partir do evento; e
- 1.7. Comunicar ao **CONVENENTE**, na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, que o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

### II - O **CONVENENTE** compromete-se a:

- 2.1. Executar direta ou indiretamente mediante contratação, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à consecução do objeto e dos objetivos de que tratam este Convênio, observando sempre os critérios de qualidade técnica, os custos e os prazos previstos, ficando vedada a transferência de recursos mediante a assinatura de subconvênios (Acórdão n. 1508/2012-TCU/1ª Câmara);
- 2.2. Registrar em sua contabilidade analítica os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados a este Convênio;
- 2.3. Prestar contas dos recursos alocados pelo **CONCEDENTE** e dos rendimentos das aplicações financeiras a eles vinculados, conforme Cláusula Décima deste Instrumento, nos termos da legislação vigente;
- 2.4. Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à disposição





do **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contado da aprovação da prestação de contas, ressalvada a hipótese de microfilmagem, quando conveniente, os documentos serão conservados em arquivo, no prazo de cinco anos do julgamento das contas dos responsáveis pelo Tribunal de Contas da União, findo o qual poderão ser incinerados mediante Termo (Ação Civil Pública nº 2009.34.00.026.027-5 - 17ª Vara da Justiça Federal/Seção Judiciária do Distrito Federal);

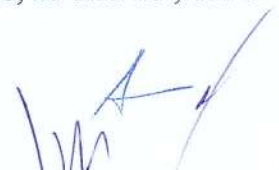
- 2.5 Propiciar, em local adequado, os meios e condições necessárias para que o **CONCEDENTE** possa exercer o estabelecido no inciso I, item 1.2 desta Cláusula;
- 2.6 Permitir o livre acesso de servidores dos órgãos que compõem o Sistema de Controles Interno e Externo ao qual esteja subordinado o **CONCEDENTE**, bem como de servidores deste, sob credenciamento em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o instrumento pactuado, durante missão de fiscalização, auditoria e monitoria;
- 2.7 Arcar com quaisquer ônus de responsabilidade provenientes de procedimentos de execução de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrentes da execução deste Convênio;
- 2.8 Observar as disposições do artigo 11 do Decreto nº 6.170/2007 e dos artigos 57 a 61 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, nas aquisições de bens e contratação de serviços, realizando, no mínimo cotação prévia de preços, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade;
- 2.9 Restituir o valor transferido pelo **CONCEDENTE**, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, a partir da data de seu recebimento, nos seguintes casos:
  - 2.9.1 Quando não for apresentada, no prazo estabelecido, a prestação de contas; e
  - 2.9.2 Quando a prestação de contas do Convênio não for aprovada em decorrência de:
    - 2.9.2.1 Inexecução total ou parcial do objeto pactuado;
    - 2.9.2.2 Desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
    - 2.9.2.3 Impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do termo celebrado ou da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;
    - 2.9.2.4 Não aplicação dos recursos nos termos do § 1º do artigo 54 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011 e do disposto no item 2.10 deste instrumento, ou não devolução de rendimentos de aplicações financeiras, no caso de sua não utilização;

- 2.9.2.5 Não devolução de eventuais saldos de recursos federais, apurados na execução do objeto, nos termos do artigo 73 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011; e,
- 2.9.2.6 Ausência de documentos exigidos na prestação de contas que comprometa o julgamento da boa e regular aplicação dos recursos.
- 2.10 Aplicar obrigatoriamente no mercado financeiro os recursos recebidos do **CONCEDENTE**, enquanto não forem empregados em sua finalidade:
- 2.10.1 Em caderneta de poupança de instituição oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e
- 2.10.2 Em Fundo de Aplicação de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.
- 2.11 Aplicar os recursos recebidos do **CONCEDENTE** e os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, exclusivamente na execução do Plano de Trabalho visando à consecução do objeto e objetivos da pactuação, sujeitando-os às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos pelo **CONCEDENTE**;
- 2.12 Movimentar os recursos e efetuar os pagamentos por meio da conta-corrente vinculada ao Convênio;
- 2.13 Restituir ao **CONCEDENTE** o saldo apurado, acrescidos dos rendimentos da aplicação financeira auferidos no período, no caso de não utilização da totalidade dos recursos pactuados para serem alocados pelo **CONCEDENTE**, a ocorrer no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias após o término da vigência, bem como na ocorrência de conclusão antecipada, rescisão ou extinção deste Convênio;
- 2.14 Apresentar comprovação do registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao respectivo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia nos financiamentos destinados a construção e ampliação;
- 2.15 Disponibilizar ao cidadão, por meio da internet ou, na sua falta, na sede do **CONVENENTE**, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do Convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;
- 2.16 Notificar o Conselho Municipal ou Estadual de Saúde responsável pela respectiva política pública onde será executada a ação, consoante disposto no artigo 49 e § Único da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;
- 2.17 Apresentar as Notas Fiscais referentes às despesas realizadas em consonância com as especificações contidas no Plano de Trabalho aprovado;





- 2.18 Incluir regularmente no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, mantendo-os atualizados;
- 2.19 Incluir Cláusula nos Contratos celebrados para execução do convênio que permitam o livre acesso de servidores do **CONCEDENTE** e do **CONVENENTE**, bem como dos órgãos integrantes dos Sistemas de Controle Interno e Externo ao qual estejam subordinados o **CONCEDENTE** e o **CONVENENTE**, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, no que concerne à execução dos serviços vinculados à contratação;
- 2.20 Prestar contas dos recursos recebidos no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, aberto à consulta pública, por meio do Portal dos Convênios;
- 2.21 Manter atualizados os dados de seu cadastro, comunicando imediatamente ao **CONCEDENTE** qualquer mudança de dados cadastrais, particularmente, endereço profissional e residencial, telefone, fax e correio eletrônico do dirigente ou do representante legal e de seus sucessores ou substitutos, enquanto não decorrido o prazo de guarda obrigatória da documentação referente à prestação de contas do convênio, reputando-se eficazes as notificações enviadas ao endereço anteriormente indicado pelo **CONVENENTE**, na ausência de comunicação:
- 2.21.1 Tratando-se de comunicação expedida por via postal ou telegráfica, para o endereço indicado pelo **CONVENENTE**, considerar-se-á entregue a correspondência após 15 (quinze) dias da respectiva expedição à agência postal;
- 2.21.2 Quando a comunicação for expedida via e-mail ou outro meio eletrônico, via internet, indicado pelo **CONVENENTE**, será considerada feita a notificação com base na data-hora registrada na emissão da mensagem pelo aplicativo de correio eletrônico ou similar;
- 2.21.3 A notificação postal ou mensagem eletrônica devolvida por falta de atualização do endereço, indicado pelo **CONVENENTE**, do dirigente ou do representante legal e de seus sucessores ou substitutos será considerada válida para todos os efeitos; e
- 2.21.4 A notificação postal ou mensagem eletrônica não entregue por falta de localização do dirigente ou do representante legal e de seus sucessores ou substitutos no endereço, indicado pelo **CONVENENTE**, será considerada como eficaz.
- 2.22 No que couber, obriga-se a respeitar em suas áreas externas e internas a aplicação visual de marcas do SUS previstas em manual disponível em *hot site* específico na página eletrônica Ministério da Saúde, na *internet*, sob o título "Manuais de Aplicação de Marcas do SUS".





## CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para execução do Objeto deste Convênio, serão destinados recursos no montante de R\$ 2.941.375,04 (dois milhões, novecentos e quarenta e um mil, trezentos e setenta e cinco reais e quatro centavos), na seguinte forma:

**Parágrafo Primeiro** - O **CONCEDENTE** participará com recursos no valor de R\$ 2.941.375,04 (dois milhões, novecentos e quarenta e um mil, trezentos e setenta e cinco reais e quatro centavos), apropriados ao exercício de 2012, oriundos do seu Orçamento, nos termos do disposto na Lei nº 12.595/2012, na forma a seguir descrita:

Programa de Trabalho	Natureza de Despesa	Fonte de Recurso	Nota de Empenho/Ano
10.302.2015.8933.0001	44.50.42	0151000000	801167/2012

**Parágrafo Segundo** – Os recursos eventualmente previstos para virem a ser apropriados em exercícios subsequentes deverão estar consignados nos respectivos planos plurianuais ou em Lei que os autorizem e fixe o montante das dotações, que, anualmente, constarão do orçamento, durante o prazo de execução do objeto deste Convênio, procedendo-se a cada exercício a inserção orçamentária correspondente.

## CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

O **CONCEDENTE** transferirá os recursos previstos na Cláusula Terceira, em favor do **CONVENENTE**, em conta específica, aberta de forma automática pelo **CONCEDENTE**, observada a opção de Banco e Agência por parte do **CONVENENTE**, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação específica.

**Parágrafo Primeiro** – A opção de que trata o caput desta cláusula somente poderá ser efetivada em relação à instituição financeira controlada pela União, credenciada junto ao **CONCEDENTE** e em agências localizadas na sede do **CONVENENTE**. Caso inexistente, caberá a opção por instituição financeira controlada pela União, credenciada junto ao **CONCEDENTE** e em agência situada em localidade mais próxima da sede do **CONVENENTE**, cuja situação deve ser comprovada e autorizada pelo **CONCEDENTE**.

**Parágrafo Segundo** – É vedada a transferência, por parte do **CONVENENTE**, dos recursos alocados à conta específica, ressalvadas as situações excepcionais, que deverão ser propostas com as devidas justificativas ao **CONCEDENTE**, para adoção de medidas de regularização, a serem efetivadas pelo **CONCEDENTE** e notificadas ao **CONVENENTE**.

**Parágrafo Terceiro** – A transferência da importância referida no caput desta Cláusula far-se-á após publicação deste Convênio na forma disposta na Cláusula Décima Quinta deste Termo, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, que integra



este instrumento, observada a disponibilidade financeira do **CONCEDENTE**, condicionado ao atendimento por parte do **CONVENENTE** ao disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º da Cláusula Quinta, no que couber, e da edição dos Pareceres Técnicos e Econômicos pelas áreas competentes no âmbito do **CONCEDENTE**.

**Parágrafo Quarto** - A constatação de irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal na execução do presente Convênio implicará na suspensão imediata da liberação de parcelas subsequentes, e caso não sejam regularizadas, no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, ensejará o encaminhamento para adoção dos procedimentos de cobrança, ao que não ocorrendo proceder à instauração de Tomada de Contas Especial por se tratar de ente de direito público, ou no caso de entidade de direito privado quando identificado o envolvimento de agente público, observado o valor mínimo para tal procedimento definido pelo Tribunal de Contas da União, para julgamento, sendo no caso de valor inferior encaminhado à Unidade Jurídica competente da Advocacia-Geral da União para inscrição na Dívida Ativa da União e acionamento pela via judicial em razão do descumprimento de cláusula contratual decorrente deste Convênio, quando for o caso, de acordo com o que dispõe a Súmula nº 187 do TCU.

**Parágrafo Quinto** – Facultar-se-á transferência de recursos para elaboração de Projeto Básico/Termo de Referência, no montante correspondente ao custo dos serviços, quando previsto no Plano de Trabalho.

**Parágrafo Sexto** - Para recebimento de cada parcela subsequente o **CONVENENTE** deverá:

- a) atender às exigências para contratação e pagamento previstas nos artigos 56, 57, 58, 59, 60, 61 e 64 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº. 507/2011; e
- b) estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA**

O **CONVENENTE**, para a consecução do objeto e dos objetivos avençados, obriga-se a cumprir o Plano de Trabalho aprovado, especialmente elaborado para este fim, o qual, de acordo com o disposto na Cláusula Primeira, passa a integrar este Instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - Admitir-se-á ao **CONVENENTE**, quando o convênio tiver por objeto a execução de reformas e conclusão de obra em andamento, cujo início tenha ocorrido com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, vedada a destinação de recursos para ampliação do projeto original, apresentar, no prazo de 09 (nove) meses, contados da data de sua celebração, a documentação a seguir descrita, podendo ser prorrogado, por igual período, pelo **CONCEDENTE**, desde que feitas as adequações no Plano de Trabalho e apresentadas justificativas:





- a) Projeto Básico, na forma prevista no inciso IX, do art. 6º, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e no art. 12 da Lei nº 6.938/1981;
- b) licença ambiental prévia, nos casos que exijam estudos ambientais, na forma disciplinada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, bem como à Instrução Normativa nº 1/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e
- c) comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes ao imóvel indicado à edificação, na forma prevista no inciso IV e seus parágrafos do art. 39 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011.

**Parágrafo Segundo** - Admitir-se-á ao Convenente, quando o convênio tiver por objeto aquisição de bens ou prestação de serviços, ingressar com o Plano de Trabalho Simplificado, apresentando no prazo fixado no parágrafo anterior o Termo de Referência com as especificações, orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, definição dos métodos, prazo de execução, objeto, necessários à avaliação dos custos pela administração.

**Parágrafo Terceiro** – O não atendimento no prazo estabelecido, nos parágrafos anteriores ou receba parecer contrário à sua aprovação, ensejará a extinção do convênio.

**Parágrafo Quarto** – A documentação deverá ser apresentada no prazo estabelecido no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, sendo que a liberação da primeira parcela estará condicionada a sua apreciação e aprovação.

**Parágrafo Quinto** - Integrará o Plano de Trabalho o detalhamento da aplicação dos recursos e, sempre que a execução compreender obras, instalações ou serviços de engenharia, o Projeto Básico, entendido como tal o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar de modo preciso a obra, instalações ou serviços objeto do Convênio ou nele envolvidos, conforme disposto no inciso IX, do art. 6º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e no art. 12 da Lei nº 6.938/81.

**Parágrafo Sexto** - O **CONVENENTE** se compromete a concluir com recursos próprios o objeto da pactuação, caso a sua execução demande recursos financeiros superiores ao valor total indicado na Cláusula Terceira deste Convênio.

**Parágrafo Sétimo** - É facultado ao **CONCEDENTE**, na qualidade de responsável pelo programa, assumir ou transferir a execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade de prestação de serviço à saúde.

## **CLÁUSULA SEXTA - EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA**

As faturas, notas fiscais, recibos e outros documentos de despesas, relativos à execução físico-financeira do objeto avençado, deverão ser emitidos em nome do **CONVENENTE** ou do **EXECUTOR**, se for o caso, devidamente identificados com o número deste Convênio.



**Parágrafo Primeiro** – A efetivação de pagamentos relativos às despesas contraídas para a execução do Convênio se processará, exclusivamente, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, observadas as demais disposições do parágrafo 2º do artigo 64 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011 e do Decreto nº 6.170/2007, com suas alterações.

**Parágrafo Segundo** - Não poderão ser pagas, com recursos do Convênio despesas comprometidas com:

- a) data anterior à vigência fixada para execução do Convênio;
- b) data posterior à vigência do Convênio, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente do **CONCEDENTE** e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- c) pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante do quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- d) taxas bancárias, diante do disposto no § 4º do art. 54 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, multas, juros ou correção monetária, inclusive as referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos.
- e) taxa de administração, de gerência ou similar;
- f) despesas administrativas que não se situem em conformidade com o disposto no parágrafo único, do art. 52 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;
- g) clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;
- h) finalidade diversa da estabelecida no Convênio, ressalvado o custeio da implementação das medidas de preservação ambiental inerentes às obras constantes do Plano de Trabalho, de que tratam o Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta; e
- i) publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, em que não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, conforme § 1º do artigo 37, da Constituição Federal.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES**

O convênio deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas, ao Plano de Trabalho aprovado a ele vinculado e às normas pertinentes, sendo vedado alterar o





objeto e os objetivos do convênio, na forma descrita na Cláusula Primeira deste instrumento, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, desde que previamente autorizado pelo **CONCEDENTE**.

**Parágrafo Primeiro** - Admitir-se-á ao **CONVENENTE** propor alteração do Convênio, exceto no tocante a seu objeto e objetivos na forma descrita no caput desta Cláusula, mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao **CONCEDENTE**, **no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência**, somente sendo executada com a prévia e expressa autorização por parte do **CONCEDENTE**.

**Parágrafo Segundo** – As alterações e ajustes necessários para execução do objeto deverão ser submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do **CONCEDENTE** e integrarão o Plano de Trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – Alcançados o objeto e/ou os objetivos pactuados neste Convênio, não serão permitidas a prorrogação e/ou a alteração do Plano de Trabalho, com o fim de utilizar eventuais saldos remanescentes decorrentes da execução deste instrumento e/ou de aplicações financeiras.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

O presente Convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura até 21/12/2013.

**Parágrafo Primeiro** – O presente Convênio poderá ter sua vigência prorrogada, mediante solicitação do **CONVENENTE**, acompanhada de justificativa, a qual se fará juntada de Relatório Situacional demonstrando o atual estágio da efetiva execução do objeto da pactuação, com indicativo do percentual já alcançado, inclusive fotografias, encaminhada, **no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência**.

**Parágrafo Segundo** – O **CONCEDENTE** obriga-se a prorrogar “de ofício” a vigência do presente Convênio antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado no Cronograma de Desembolso.

**Parágrafo Terceiro** – A prorrogação de vigência para utilizar saldo remanescente deverá observar o disposto no § 3º da Cláusula Sétima deste Convênio.

#### **CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO**

A execução do convênio será acompanhada por um representante do **CONCEDENTE**, especialmente designado e registrado no SICONV, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas. Tanto o **CONCEDENTE** como o



**CONVENENTE** deverão observar as disposições nos artigos 65 a 71 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, atentando, especificamente, para o que se segue:

- a) o **CONCEDENTE** deverá registrar no SICONV os atos de acompanhamento da execução do objeto, conforme art. 3º da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;
- b) o **CONCEDENTE**, no exercício das atividades de acompanhamento da execução do objeto, poderá:
  - valer-se do apoio técnico de terceiros;
  - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade; e
  - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução deste Convênio.
- c) além do acompanhamento de que trata a letra “b”, a Controladoria-Geral da União - CGU realizará auditorias periódicas nos instrumentos celebrados pela União.

**Parágrafo Primeiro** - No acompanhamento deste Convênio, de acordo com o art. 68 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, serão verificados:

- a) a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- b) a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- c) a regularidade das informações registradas pelo **CONVENENTE** no SICONV; e
- d) o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

**Parágrafo Segundo** – O **CONVENENTE** deverá atentar para o que se dispõe no artigo 70 e parágrafos da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, especialmente ao prazo de até 30 (trinta) dias fixado pelo **CONCEDENTE** para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Observadas as disposições dos artigos 72 a 76 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, a prestação de contas dos recursos recebidos e dos rendimentos das aplicações financeiras deverá ser apresentada ao **CONCEDENTE** até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do convênio.





**Parágrafo Primeiro** – Sem prejuízo ao disposto no Parágrafo Quarto da Cláusula Quarta, para recebimento de cada parcela dos recursos, o **CONVENENTE** deverá:

- a) atender às exigências previstas nos itens 2.8 e 2.19 da Cláusula Segunda na contratação de terceiros e registrar no SICONV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das cotações de preços;
- b) atender às exigências para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, com inclusão no SICONV, no mínimo, quanto às seguintes informações:
  - a destinação do recurso;
  - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
  - o contrato a que se refere o pagamento realizado;
  - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e
  - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do Convênio, mediante inclusão no SICONV das notas fiscais ou documentos contábeis.

**Parágrafo Segundo** - A prestação de contas dos recursos recebidos por força deste Convênio será composta, além dos documentos e informações apresentadas no SICONV, das peças constitutivas descritas da seguinte forma:

- a) relatório de cumprimento do objeto;
- b) notas e comprovantes fiscais, quanto aos seguintes aspectos: data do documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos registrados no SICONV, valor, posição de dados do convenente, programa e número do Convênio;
- c) relatório de prestação de contas aprovada e registrado no SICONV pelo **CONVENENTE**;
- d) relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do **CONCEDENTE**, quando for o caso;
- e) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferências, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;
- f) cópia do extrato da conta-corrente específica do convênio, referente ao período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento, demonstrando a movimentação financeira dos recursos do **CONCEDENTE**, e, quando for o caso, a cópia do demonstrativo dos rendimentos da aplicação financeira;
- g) cópia do Termo de Aceitação de Obras, quando for o caso;





- h) comprovante de recolhimento do saldo de recursos recebidos do **CONCEDENTE**, quando houver;
- i) declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- j) cópia da documentação comprobatória de serviços de instrutoria, quando for o caso;
- k) relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- l) relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- m) Termo de Compromisso por meio do qual o **CONVENENTE** se obriga a manter os documentos relacionados ao Convênio pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas, ressalvada a hipótese de microfilmagem, quando conveniente, os documentos serão conservados em arquivo, no prazo de cinco anos do julgamento das contas dos responsáveis pelo Tribunal de Contas da União, findo o qual poderão ser incinerados mediante Termo (Ação Civil Pública nº 2009.34.00.026.027-5 - 17ª Vara da Justiça Federal/Seção Judiciária do Distrito Federal);
- n) comprovação, quando for o caso, da averbação da construção e da ampliação do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis, conforme disposto na legislação pertinente;
- o) fotos do objeto;
- p) comprovar registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES dos equipamentos médico-hospitalares, quando previstos no Plano de Trabalho (Acórdão nº 247/2010-TCU/Plenário); e
- q) declaração expedida por técnico habilitado, relativa à execução do convênio e cumprimento do Plano de Trabalho.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA - DOS BENS**

Os bens patrimoniais construídos, produzidos e/ou adquiridos com os recursos transferidos serão de propriedade do **CONVENENTE**, depois de concluído o objeto pactuado e atendido o objetivo a que o Convênio se propõe, respeitando o disposto no Decreto nº 99.658/1990, com as modificações do Decreto nº 6.087/2007, e demais normas regulamentares.

**Parágrafo Primeiro** – O **CONVENENTE**, observado o tempo de vida útil aplicável ao bem, não poderá proceder ao desfazimento (venda, doação, cessão de uso etc.) sem a prévia e expressa anuência do **CONCEDENTE**, devidamente solicitado e motivado pelo **CONVENENTE**, observada a legislação vigente. Em situações de caso fortuito ou de força maior, o **CONVENENTE** deverá comunicar, formalmente, ao **CONCEDENTE**, anexando a competente ocorrência em órgãos oficiais, para apreciação, registros e autorização à **CONVENENTE** para proceder a baixa e os efetivos registros.

*[Handwritten signatures]*



**Parágrafo Segundo** - O **CONVENENTE**, nos financiamentos destinados a investimentos físicos (construção, ampliação, reforma e/ou adaptação) obriga-se a afixar Placa de Obra na forma do disposto na IN nº 31/2003, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, publicada no DOU, de 11.09.2003, ou ato que venha a modificar ou suceder, observado o que se dispõe no § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA – DA RESERVA DE PROPRIEDADE**

A titularidade das pesquisas científicas, programas desenvolvidos e resultados tecnológicos que deles advenham, financiados com recursos deste instrumento, serão incorporados ao uso do **CONCEDENTE** e de outras esferas de gestão do Sistema Único de Saúde - SUS, podendo somente ser utilizados tanto pelo **CONVENENTE** ou por terceiros interessados se previamente e expressamente autorizado pelo **CONCEDENTE**, observando-se as disposições e legislação aplicáveis à matéria.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – TERCEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

Este Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexecutável, e rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- b) falta de prestação de contas no prazo estabelecido; e
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio.

**Parágrafo Primeiro** - No caso de rescisão do presente instrumento, o **CONVENENTE** obriga-se a restituir ao **CONCEDENTE**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua efetivação, os recursos por esta transferidos para a execução do objeto avençado, inclusive os decorrentes da aplicação financeira obrigatória no período, acrescidos dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, na forma da legislação aplicável, observados o que dispõe a condição da rescisão e o conteúdo da notificação, a respeito, por parte do **CONCEDENTE**.

**Parágrafo Segundo** – Verificada a ocorrência das situações a seguir descritas, os valores imputados por impugnação, deverão ser objeto de restituição por parte do **CONVENENTE**, acrescidos dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, sendo notificado e instado ao ressarcimento, concedendo-se prazo para efetivar, observadas as disposições legais e normativas pertinentes, abrindo-se-lhe o direito de ampla defesa em igual prazo:

hm / A



- inexecução total ou parcial do objeto pactuado;
- desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
- impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do termo celebrado ou da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;
- não aplicação nos termos do § 1º do artigo 54 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011 e disposto no item 2.10 deste instrumento, ou não devolução de rendimentos de aplicações financeiras, no caso de sua não utilização;
- não devolução de eventuais saldos de recursos federais, apurados na execução do objeto, nos termos do caput do artigo 73 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011; e
- ausência de documentos exigidos na prestação de contas que comprometa o julgamento da boa e regular aplicação dos recursos.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de não vir a atender ao que dispõe o Parágrafo anterior, bem como ocorrendo a rescisão do Convênio e em havendo dano ao erário, serão adotados os procedimentos descritos no Parágrafo Quarto da Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA DIVULGAÇÃO**

Em qualquer ação promocional do **CONVENENTE** relacionada com o objeto deste Convênio será consignada a participação do **CONCEDENTE** na mesma proporção atribuída ao **CONVENENTE** e, em se tratando de material promocional gráfico, áudio e audiovisual, deverá ser consignada a logomarca oficial do **CONCEDENTE** na mesma proporção da marca ou nome do **CONVENENTE**.

**Parágrafo Primeiro** – Fica vedada aos partícipes a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, na forma e nos valores previstos no Plano de Trabalho, e desde que delas não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de autoridades ou servidores públicos, consoante disposto no § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.

**Parágrafo Segundo** - Deverá ser mantida, obrigatória e permanentemente, em local visível, sob pena de imediata suspensão da liberação dos recursos, placa identificadora, em face do que dispõem o § anterior e o § 2º da Cláusula Décima - Primeira deste Convênio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

O **CONCEDENTE** providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste Convênio, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de sua assinatura.





**Parágrafo Único** – Toda e qualquer alteração processada neste Convênio se dará por meio de Termo Aditivo, publicando-se no Diário Oficial da União somente os extratos dos Aditivos que alterem o valor, ampliem a execução do objeto, inclusive os relativos a prorrogações de vigência, vedada a alteração do objeto, respeitado o prazo disposto no caput.

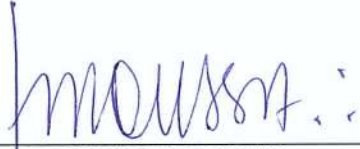
#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Convênio, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.


E, para validade do que foi avençado, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, também signatárias, para que produza seus jurídicos e legais efeitos em juízo e fora dele.

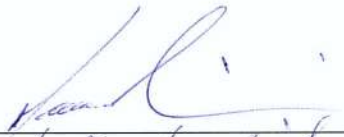
Brasília, 21 de dezembro 2012.

  
\_\_\_\_\_  
ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA  
MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

  
\_\_\_\_\_  
ISSAM MOUSSA  
DIRETOR PRESIDENTE DO(A)  
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE CAMPO  
GRANDE - MS

Testemunhas

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Cristiano G. de Cruz  
CPF: 489.805.705-06

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Ricardo Fernandes  
CPF: 698.006.591-04





nº 73.695.868/0001-27. Promover a qualificação e a educação permanente dos profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde, assim como promover a desburocratização dos vínculos de trabalho da saúde e a qualificação do gestão do trabalho. Valor Total: R\$ 273.150,00. Valor de Contrapartida: R\$ 13.657,50. Crédito Orçamentário: P/RES: 46623, Fonte Recurso: 0151000000, ND: 33304, Num Empenho: 2012NE01181, Vigência: 26/12/2012 a 26/12/2013. Data de Assinatura: 26/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: IVANA CRISTINA DE HOLLANDA CUNHA BARRETO, CPF nº 451.450.914-00.

(SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

Espécie: Convênio Nº 776558/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI FUESP/CLNPJ nº 07.471.758/0001-57. Promover a reorientação da formação profissional em saúde - PRO-SAÚDE e PET-SAÚDE. Valor Total: R\$ 387.730,00. Valor de Contrapartida: R\$ 3.900,00. Crédito Orçamentário: P/RES: 46623, Fonte Recurso: 0151000000, ND: 44304, Num Empenho: 2012NE01201, Crédito Orçamentário: P/RES: 46623, Fonte Recurso: 0151000000, ND: 33304, Num Empenho: 2012NE01200, Vigência: 26/12/2012 a 26/12/2013. Data de Assinatura: 26/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA, CPF nº 349.723.663-29.

(SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

Espécie: Convênio Nº 776578/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE CAMPO GRANDE, CNPJ nº 03.276.524/0001-06. Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a porta de entrada do Serviço de Urgência e Emergência da Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa. Valor Total: R\$ 2.941.375,04. Crédito Orçamentário: P/RES: 46596, Fonte Recurso: 0151000000, ND: 44304, Num Empenho: 2012NE01167, Vigência: 21/12/2012 a 21/12/2013. Data de Assinatura: 21/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: ISSAM MOUSSA, CPF nº 157.341.241-20.

(SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

Espécie: Convênio Nº 777048/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: FUNDACAO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JANAUBA, CNPJ nº 18.099.125/0001-39. Aquisição de equipamentos para realização de Triagem Auditiva Neonatal - TAN, em maternidade de alto risco, com Serviço de Referência de Triagem Auditiva Neonatal - SRTAN. Valor Total: R\$ 31.000,00. Crédito Orçamentário: P/RES: 46561, Fonte Recurso: 0151000000, ND: 44504, Num Empenho: 2012NE01316, Vigência: 21/12/2012 a 21/12/2013. Data de Assinatura: 21/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: CARLOS ISAILDON MENDES, CPF nº 270.897.206-39.

(SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

Espécie: Convênio Nº 777180/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: INSTITUTO DE MEDICINA INTEGRAL PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA, CNPJ nº 10.988.301/0001-29. Promover a qualificação e a educação permanente dos profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde, assim como promover a desburocratização dos vínculos de trabalho da saúde e a qualificação da gestão do trabalho. Valor Total: R\$ 660.495,00. Crédito Orçamentário: P/RES: 46623, Fonte Recurso: 0151000000, ND: 44504, Num Empenho: 2012NE01260, Crédito Orçamentário: P/RES: 46623, Fonte Recurso: 0151000000, ND: 33304, Num Empenho: 2012NE01259, Vigência: 21/12/2012 a 21/12/2013. Data de Assinatura: 21/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: CARLOS ROBERTO RIBEIRO DE MORAES, CPF nº 800.095.824-68.

(SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

Espécie: Convênio Nº 777346/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: FUNDACAO DE APOIO AO HEMOSC/CEPON, CNPJ nº 86.897.113/0001-57. Aquisição de equipamentos e materiais permanentes. Valor Total: R\$ 594.952,00. Crédito Orçamentário: P/RES: 46604, Fonte Recurso: 0151000000, ND: 44504, Num Empenho: 2012NE01365, Vigência: 21/12/2012 a 21/12/2013. Data de Assinatura: 21/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: TERTULIANO XAVIER DE BRITO, CPF nº 065.479.649-00.

(SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

Espécie: Convênio Nº 777371/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO, CNPJ nº 12.307.187/0001-50. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ONCOLÓGICA/CENTRO DE ALTA COMPLEXIDADE E ONCOLOGIA PARA ADEQUACAO DA AMBIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE ONCOLOGIA. Valor Total: R\$

2.500.000,00. Crédito Orçamentário: P/RES: 46560, Fonte Recurso: 0151000000, ND: 44504, Num Empenho: 2012NE01308, Vigência: 21/12/2012 a 21/12/2013. Data de Assinatura: 21/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: HUMBERTO GOMES DE MELO, CPF nº 062.704.234-00.

(SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

Espécie: Convênio Nº 777382/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: ASSOCIAÇÃO FILHAS DE SAO CAMILO, CNPJ nº 61.986.402/0012-54. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA HOSPITAL. Valor Total: R\$ 100.000,00. Crédito Orçamentário: P/RES: 55809, Fonte Recurso: 0153000000, ND: 44504, Num Empenho: 2012NE01275, Vigência: 21/12/2012 a 21/12/2013. Data de Assinatura: 21/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: ZELIA ANDRIGHETTI, CPF nº 007.579.208-70.

(SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

Espécie: Convênio Nº 777396/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO, CNPJ nº 60.975.737/0064-35. Aquisição de Materiais Permanentes e Equipamentos para Hospital São José e São Camilo de Aimorez. Valor Total: R\$ 197.000,00. Crédito Orçamentário: P/RES: 55803, Fonte Recurso: 0153000000, ND: 44504, Num Empenho: 2012NE01271, Vigência: 21/12/2012 a 21/12/2013. Data de Assinatura: 21/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: LEOCIR PESSINI, CPF nº 988.954.868-29.

(SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

Espécie: Convênio Nº 777419/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: CONFERENCIA SAO JOSE DO AVAL, CNPJ nº 29.648.612/0001-20. Aquisição de Equipamentos e Materiais permanentes. Valor Total: R\$ 500.000,00. Crédito Orçamentário: P/RES: 56172, Fonte Recurso: 0153000000, ND: 44504, Num Empenho: 2012NE01304, Vigência: 21/12/2012 a 21/12/2013. Data de Assinatura: 21/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: RENAM CATHARINA TINGCO, CPF nº 016.265.587-87.

(SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

Espécie: Convênio Nº 777437/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO PAULO, CNPJ nº 62.779.145/0001-90. Aquisição de equipamento e material permanente. Valor Total: R\$ 1.560.000,00. Crédito Orçamentário: P/RES: 55806, Fonte Recurso: 0153000000, ND: 44504, Num Empenho: 2012NE01297, Vigência: 21/12/2012 a 21/12/2013. Data de Assinatura: 21/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: KALIL ROCHA ABDALLA, CPF nº 007.032.738-68.

(SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

Espécie: Convênio Nº 777430/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO PAULO, CNPJ nº 62.779.145/0001-90. Aquisição de equipamento e material permanente. Valor Total: R\$ 150.000,00. Crédito Orçamentário: P/RES: 55806, Fonte Recurso: 0153000000, ND: 44504, Num Empenho: 2012NE01306, Vigência: 21/12/2012 a 21/12/2013. Data de Assinatura: 21/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: KALIL ROCHA ABDALLA, CPF nº 007.032.738-68.

(SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

Espécie: Convênio Nº 777928/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: INSTITUTO DO CANCER ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO, CNPJ nº 60.948.854/0001-72. Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde. Valor Total: R\$ 1.900.000,00. Crédito Orçamentário: P/RES: 46561, Fonte Recurso: 0151000000, ND: 44504, Num Empenho: 2012NE01318, Vigência: 21/12/2012 a 21/12/2013. Data de Assinatura: 21/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: ANGELO SCATENA PRIMO, CPF nº 207.252.218-87.

(SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

Espécie: Convênio Nº 777943/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO, CNPJ nº 60.975.737/0012-29. Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde. Valor Total: R\$ 650.000,00. Crédito Orçamentário: P/RES: 55803, Fonte Recurso: 0153000000, ND: 44504, Num Empenho: 2012NE01301, Crédito Orçamentário: P/RES: 55944, Fonte Recurso: 0153000000, ND: 44504, Num Empenho: 2012NE01300, Vigência: 21/12/2012 a

21/12/2013. Data de Assinatura: 21/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: LEOCIR PESSINI, CPF nº 988.954.868-29. (SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

Espécie: Convênio Nº 778026/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: IRMANDADE SAO VICENTE DE PAULO, CNPJ nº 80.147.804/0001-57. Aquisição de Equipamentos para melhoria dos serviços prestados pela entidade. Valor Total: R\$ 500.000,00. Crédito Orçamentário: P/RES: 56004, Fonte Recurso: 0153000000, ND: 44504, Num Empenho: 2012NE01291, Vigência: 21/12/2012 a 21/12/2013. Data de Assinatura: 21/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: EDISON HUBER, CPF nº 107.619.859-72. (SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

Espécie: Convênio Nº 778242/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: FUNDACAO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ANAPOLIS, CNPJ nº 01.038.751/0001-60. Aquisição de Equipamento para Estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde. Valor Total: R\$ 700.000,00. Crédito Orçamentário: P/RES: 56133, Fonte Recurso: 0153000000, ND: 44504, Num Empenho: 2012NE01279, Crédito Orçamentário: P/RES: 56215, Fonte Recurso: 0153000000, ND: 44504, Num Empenho: 2012NE01278, Vigência: 21/12/2012 a 21/12/2013. Data de Assinatura: 21/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: AGNES MARIE SWENEY, CPF nº 038.881.421-72. (SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

Espécie: Convênio Nº 779430/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: FUNDACAO DE MEDICINA TROPICAL, CNPJ nº 04.534.053/0001-43. Realizar estudo de impacto da técnica Npert MTB/RIF para o diagnóstico da tuberculose pulmonar em pacientes residentes no interior do estado da Amazônia. Valor Total: R\$ 149.065,16. Valor de Contrapartida: R\$ 7.453,26. Crédito Orçamentário: P/RES: 46613, Fonte Recurso: 0151000000, ND: 33304, Num Empenho: 2012NE01411, Vigência: 26/12/2012 a 26/12/2013. Data de Assinatura: 26/12/2012. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: MARIA DAS GRACAS COSTA ALECRIM, CPF nº 040.914.852-00. (SICONV(PORTAL) - 08/01/2013)

EXTRATO DA 1ª PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO AO CONVÊNIO Nº 766406/2011

CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: FUNDACAO PEDRO AMERICO, Estado da PARAIBA, CNPJ nº 06.101.661/0001-21. P.L. 127/2008, art.3º, VI. Valor Total: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Vigência: 30/12/2011 a 31/12/2013. Data de Assinatura: 28/12/2012. Assina: PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - DIRETOR EXECUTIVO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE.

NÚCLEO ESTADUAL NO AMAPÁ DIVISÃO DE CONVÊNIO E GESTÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2013

CITADO: Sr. Raimundo Espedito da Silva  
Pelo presente Edital, o fim de dar cumprimento ao conteúdo Artigo 5º, Inciso LV da CF/88 e no Artigo 10 do Decreto 1.651/95 e na forma da Portaria DENASUS nº 743, de 18.04.2012, em virtude de endereço ignorado para o encaminhamento do Relatório Complementar da Auditoria nº 9229, fica CITADO o Sr. RAIMUNDO ESPEDITO DA SILVA, ex-Secretário de Municipal de Saúde de Cutias/AP, CPF nº 654.958.292-04, para comparecer ao Serviço de Auditoria do Ministério da Saúde no Amapá, endereço: Av. Antonio Coelho de Carvalho, nº 251-7, Bairro Santa Rita, CEP nº 68.900-001-Nacapari/AP, no qual encontra-se à sua disposição o referido relatório.

ILMA MONTEIRO PEDRO  
Chefe  
Substituta

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 2, DE 7 DE JANEIRO DE 2013

CITADO: Sr. Admilson Feres de Souza  
Pelo presente Edital, o fim de dar cumprimento ao conteúdo Artigo 5º, Inciso LV da CF/88 e no Artigo 10 do Decreto 1.651/95 e na forma da Portaria DENASUS nº 743, de 18.04.2012, em virtude de endereço ignorado para o encaminhamento do Relatório Complementar da Auditoria nº 9229, fica CITADO o Sr. ADMILSON FERES DE SOUZA, ex-Secretário de Administração e Finanças de Prefeitura Municipal de Cutias/AP, CPF nº 589.799.562-15, para